

**1ª REUNIÃO PREPARATÓRIA
XIII ENCONTRO NACIONAL
DO PODER JUDICIÁRIO**

RELATÓRIO

1ª Reunião Preparatória

XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário



Brasília, junho de 2019.



Poder Judiciário
Conselho Nacional de Justiça

Presidente: Ministro Dias Toffoli

Corregedor Nacional de Justiça: Humberto Eustáquio Soares Martins

Conselheiros: Aloysio Corrêa da Veiga

Maria Iracema Martins do Vale

Márcio Schiefler Fontes

Daldice Maria Santana de Almeida

Fernando César Baptista de Mattos

Valtércio Ronaldo de Oliveira

Francisco Luciano de Azevedo Frota

Maria Cristiana Simões Amorim Ziouva

Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior

André Luis Guimarães Godinho

Valdetário Andrade Monteiro

Maria Tereza Uille Gomes

Henrique de Almeida Ávila

Secretário-Geral: Carlos Vieira von Adamek

**Secretário Especial de Programas,
Pesquisas e Gestão Estratégica: Richard Pae Kim**

Diretor-Geral: Johanness Eck

Organização: Departamento de Gestão Estratégica (DGE)

Fabiana Andrade Gomes e Silva

Gabriela Teixeira da Cunha Lobo

Marcos Vinícius Silva Campos

Natascha Barreto de Almeida Rangel

SUMÁRIO

Introdução	3
Solenidade de abertura	4
Apresentação do Diagnóstico sobre Grandes Obras Paradas	5
Lançamento do Prêmio CNJ de Qualidade	8
Apresentação do Painel Temático – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Poder Judiciário	9
Apresentação do Painel Temático – Infância e Juventude	10
Reuniões Setoriais da Estratégia Nacional	11
Plenária Final	14

Introdução

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou, no dia 29 de maio de 2019, a **1ª Reunião Preparatória para o XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário** na sede do Conselho da Justiça Federal (CJF), em Brasília/DF.

O evento contou com a participação de presidentes dos tribunais, de integrantes da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário e das áreas de Gestão Estratégica.

A 1ª Reunião Preparatória teve como objetivo analisar a execução da Estratégia Nacional do Poder Judiciário (Apresentação dos resultados das Metas Nacionais 2018 e do Relatório de avaliação da Execução das Metas Nacionais 2018); esclarecer aspectos dos Glossários de Metas Nacionais 2019; promover diálogos institucionais e estimular reflexões sobre temas estratégicos para formulação das Metas Nacionais 2020, além de lançar o Prêmio CNJ de Qualidade.

Ressalta-se que este Relatório tem o propósito de expor de forma resumida o que foi apresentado e debatido no evento. Para tanto, exhibe referências, links e imagens dos principais acontecimentos.

O vídeo de apresentação dos painéis realizados no evento pode ser acessado pelo link: [1ª Reunião preparatória - XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário](#).

Solenidade de abertura

A mesa de abertura foi composta pelo presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministro Dias Toffoli; pelo Corregedor Nacional de Justiça, ministro Humberto Martins; pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho de Justiça Federal, ministro João Otávio de Noronha; e pelo presidente do Superior Tribunal Militar, ministro Marcus Vinicius de Oliveira Santos.

Com a palavra, o ministro João Otávio de Noronha agradeceu a presença de todos, enfatizou o relevante serviço prestado pelo Conselho Nacional de Justiça e destacou que a gestão decorrente de planejamento é fundamental para obter-se eficiência.

Em seguida, o ministro corregedor Humberto Martins expôs a percepção de mudança na gestão do Poder judiciário, que passou a orientar-se por questões como produtividade, alcance de resultados e uniformização de procedimentos, com foco no aprimoramento de gestão como forma de melhoria da prestação jurisdicional em favor da cidadania.

O ministro Dias Toffoli enfatizou a importância de fomentar reflexões sobre temas relevantes para a formulação de Metas Nacionais para o Poder Judiciário no ano de 2020. O ministro ressaltou que, para atingir-se o ideal de justiça almejado, é necessário olhar o passado a partir dos resultados obtidos, a fim de que se possa planejar o futuro, identificando os temas estratégicos que irão configurar e conformar o Poder Judiciário às demandas da sociedade. O ministro afirmou, ainda, que as políticas judiciárias precisam ser concebidas a partir dos pilares da desburocratização, comunicação, eficiência e responsabilidade, valendo-se de técnicas modernas de gestão, tais como o processo eletrônico e a inteligência artificial.

Por fim, o ministro ressaltou a existência de contingente de grandes obras paralisadas em virtude da judicialização e de conflitos, por isso relembrou a necessidade de se construir soluções dialogadas a fim de que o Brasil reconstrua as bases de sua infraestrutura e volte ao caminho do desenvolvimento econômico, social e humano.



Mesa da Solenidade de Abertura da Reunião Preparatória

Apresentação do Diagnóstico sobre Grandes Obras Paradas

Posteriormente à solenidade de abertura, compuseram a mesa para apresentação do painel Diagnóstico sobre Grandes Obras Paradas a Conselheira do CNJ, Maria Iracema Martins do Vale, o Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica, juiz Richard Pae Kim, o Diretor de Projetos do Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ, Igor Caires Machado e o Secretário de Fiscalização de Infraestrutura Urbana do Tribunal de Contas da União – TCU, Bruno Martinello Lima.



Diagnóstico sobre grandes obras paradas

O Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica ressaltou que o diagnóstico sobre grandes obras paralisadas foi uma das plataformas apresentadas desde o início da gestão do ministro Dias Toffoli. Alegou que, pela primeira vez, ocorreu reunião entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Tribunal de Contas da União (TCU), os presidentes dos Tribunais de Contas dos estados (TCEs) com o objetivo de coletar dados a fim de que pudesse haver um levantamento das grandes obras paralisadas pelo país. Na ocasião, houve uma coalisão de esforços para mapear as grandes obras paralisadas e se entendeu que tanto o judiciário como os tribunais de contas precisavam verificar quais seriam esses casos a fim de que se pudesse planejar soluções.

Em seguida, o Secretário de Fiscalização do TCU, Bruno Martinello Lima, apresentou dados levantados no diagnóstico parcial realizado sobre as grandes obras, e mostrou que 37% das grandes obras públicas no Brasil estão paralisadas, gerando grande impacto econômico-social no país. Declarou ainda que o diagnóstico permitiu a identificação das causas das paralisações, evidenciando a falta de planejamento como grande causadora. Levantou, ainda, o dado de que 3% dessas obras se dá devido a problemas ou decisões judiciais.

O Diretor de Projetos do Departamento de Pesquisas Judiciárias, Igor Caires Machado, apresentou os dados coletados pelo CNJ juntamente com o TCU, dando especial ênfase às obras paralisadas devido a determinações judiciais. O diretor salientou a dificuldade em rastrear esses processos, enfatizando a importância dos tribunais na identificação das obras paralisadas em suas respectivas regiões.

Por fim, o Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica, juiz Richard Pae Kim, enfatizou a importância de os tribunais realizarem seus

respectivos levantamentos de obras paralisadas, de modo a concluir o diagnóstico. Para tal, o Secretário sugeriu que os representantes, durante as reuniões setoriais, discutissem e avaliassem a possibilidade de se estabelecer metas para a identificação de processos relativos a esse tema, além de buscar soluções por meio de conciliação e mediação.

Apresentação dos Resultados das Metas Nacionais 2018

Para a apresentação do Relatório Resultados das Metas Nacionais 2018 e do Relatório de Execução das Metas em 2018, foram convidados a compor a mesa o Conselheiro Fernando Mattos, o Secretário Adjunto da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica, juiz auxiliar da presidência Carl Smith e a Diretora do Departamento de Gestão Estratégica, Fabiana Andrade Gomes e Silva.

O Secretário Adjunto, Carl Smith, ressaltou a importância do acompanhamento das metas, uma vez que dessa forma se consegue avaliar efetivamente o desempenho dos tribunais no cumprimento das metas e verificar quais são os Macrodesafios mais alavancados.

Em seguida, a diretora do Departamento de Gestão Estratégica apresentou os resultados obtidos no questionário de Acompanhamento da Execução das Metas Nacionais 2018, no qual os tribunais informaram a percepção sobre a complexidade de cada meta, os fatores que impactaram no desempenho do tribunal e as ações realizadas em busca de melhoria.

Segundo a Diretora, os tribunais citaram, como fatores positivos na execução das metas, acompanhamento pelas corregedorias dos tribunais, capacitação das equipes, comprometimento dos magistrados e servidores e desenvolvimento de sistemas de informação, tal como o PJe. Como fatores negativos, foram citados o elevado número de processos, a complexidade das demandas, a restrição orçamentária e a quantidade reduzida de magistrados e servidores nos órgãos.

Posteriormente, foi exibido vídeo com os resultados das Metas Nacionais 2018, que apresentou os tribunais que se destacaram em cada segmento, de acordo com cada uma das oito metas estabelecidas para aquele ano.



Mesa de Apresentação do Relatório de Execução das Metas Nacionais 2018 e dos Resultados Anuais das Metas Nacionais 2018

Lançamento do Prêmio CNJ de Qualidade

Compuseram a mesa para o lançamento do Prêmio CNJ de Qualidade o Conselheiro Fernando Mattos, o Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica, juiz Richard Pae Kim, e a Diretora do Departamento de Pesquisas Judiciárias, Gabriela Soares.

O juiz Richard Pae Kim salientou a importância de se investir na qualidade da prestação jurisdicional. Sendo assim, anunciou a criação do Prêmio CNJ de Qualidade, em substituição ao Selo Justiça em Números, que possuía o foco na avaliação da qualidade das informações.

Em seguida, o conselheiro Fernando Mattos apresentou os três principais eixos temáticos do prêmio, quais sejam: governança, produtividade e transparência e informação.

A diretora do Departamento de Pesquisas Judiciárias, Gabriela Soares, detalhou as categorias e os requisitos do Prêmio CNJ de Qualidade, em especial os requisitos que foram acrescentados após as sugestões advindas de consulta pública.



Mesa da Apresentação do Prêmio CNJ de Qualidade

Apresentação do Painel Temático – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Poder Judiciário

Para a apresentação dos Painéis Temáticos, foram convidados a compor a mesa os conselheiros do CNJ Maria Tereza Uille Gomes e Henrique Ávila.

A Conselheira Maria Tereza iniciou sua exposição falando a respeito da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas – ONU, que trata dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e ressaltou a importância da agenda para o Poder Judiciário.

A Conselheira sugeriu que os tribunais e seus respectivos representantes pensassem a respeito de uma nova meta para o Poder Judiciário. A proposta sugerida baseou-se em incorporar as ações realizadas pelos órgãos do Poder Judiciário à agenda 2030 das Nações Unidas, cabendo ao tribunal ou conselho escolher um assunto relacionado aos ODS para realizar estudo de caso e plano de ação, com indicadores de impacto para prevenir ou reduzir a judicialização, em ambiente de laboratório de inovação, sem restringir o direito de acesso à justiça.

Em seguida, o Conselheiro Henrique Ávila ressaltou a importância de que todos os tribunais participem da incorporação da agenda 2030 da ONU ao Poder Judiciário, uma vez que é uma meta de política pública, que necessita da aderência e empenho de todos, tribunais e juízes, para que alcancem seu objetivo.



Mesa da Apresentação do Painel Temático da ODS

Apresentação do Painel Temático – Infância e Juventude

Compuseram a mesa para a apresentação do painel temático – Infância e Juventude o Conselheiro do CNJ Luciano Frota e a juíza auxiliar da Presidência do CNJ Livia Cristina Peres.

O Conselheiro Luciano Frota iniciou sua exposição ressaltando o papel do CNJ em protagonizar políticas públicas que possibilitam o engajamento do Poder Judiciário em ações transformadoras da sociedade, como por exemplo, as ações empreendidas na área de adoção, violência doméstica, combate ao trabalho escravo, a instituição do Foro Nacional da Infância e Juventude, entre outras.

O Conselheiro enfatizou a importância do envolvimento de todo o sistema de justiça na tarefa de fazer valer a doutrina da proteção integral e prioritária da criança e do adolescente. Luciano Frota observou, também, que o CNJ já está envolvido na temática da primeira infância com o projeto 'Justiça começa na infância', fortalecendo o sistema de justiça e as instituições públicas na promoção de direitos para o seu desenvolvimento integral. O Conselheiro lembrou que, na consulta pública realizada pelo CNJ, o tema Infância e juventude alcançou segundo lugar como tema prioritário.

A juíza auxiliar da Presidência, Livia Cristina Peres, encerrou o painel reforçando a importância da temática da infância e juventude e sugeriu aos participantes das reuniões setoriais que colocassem esse assunto em discussão, verificando a viabilidade de elaboração de meta específica sobre o tema.



Mesa da Apresentação do Painel Temático da Infância e Juventude

Reuniões Setoriais da Estratégia Nacional

As reuniões setoriais foram realizadas na tarde do dia 29 de maio com o objetivo de esclarecer e debater aspectos do Glossário de Metas Nacionais 2019, promover diálogos institucionais e estimular reflexões sobre temas estratégicos para formulação das Metas Nacionais 2020, quais sejam: soluções do Judiciário para as Grandes Obras Paralisadas no Brasil, Atenção à Infância e Juventude, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030 no Poder Judiciário.

Nas Reuniões Setoriais, estiveram presentes presidentes de tribunais e/ou representantes designados, além de integrantes da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário e assessores das áreas de gestão estratégica. Os trabalhos das setoriais foram conduzidos pelos coordenadores dos segmentos de justiça na Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário e apoio técnico da equipe do Departamento de Gestão Estratégica - CNJ.

Os segmentos de justiça e os demais participantes foram distribuídos em salas setoriais, da seguinte forma:

✓ **Grupo da Justiça do Trabalho (TST, CSJT e TRTs):**



✓ **Grupo da Justiça Federal (STJ, CJF e TRFs):**



✓ **Grupo da Justiça Estadual (TJs):**



✓ **Grupo da Justiça Eleitoral (TSE e TREs):**



✓ **Grupo da Justiça Militar (STM e Justiça Militar Estadual):**



Durante as reuniões setoriais, os integrantes da Rede de Governança perpassaram pelos seguintes tópicos: Glossário das Metas Nacionais 2019; criação do Índice de Efetividade da Justiça – parâmetros da dimensão “Acesso à justiça”; temas relevantes para o Poder Judiciário em 2020: Grandes obras paralisadas, Infância e Juventude e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030.

Plenária Final

Subsequentemente às reuniões setoriais, iniciou-se a [Plenária Final](#). Compuseram a mesa de encerramento: o Corregedor Nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, o Secretário-Geral, desembargador Carlos Vieira Von Adamek, o Secretário Especial de Programas, juiz Richard Pae Kim, o Secretário Adjunto da SEP, o Juiz auxiliar da presidência Carl Smith, e a diretora do Departamento de Gestão Estratégica, Fabiana Gomes.

O Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica abriu a sessão e prontamente convidou os representantes dos segmentos de justiça para apresentarem os trabalhos realizados nas reuniões setoriais.

Após a apresentação pelos segmentos de justiça, com a palavra, a diretora do Departamento de Gestão Estratégica destacou a importância da realização da 1ª Reunião Preparatória, uma vez que o evento é o primeiro passo na construção das metas para 2020. Enfatizou que ao CNJ, como órgão de governança, coube iniciar a reflexão sobre os temas relevantes para o Poder Judiciário: Grandes obras paralisadas, Infância e Juventude e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS – Agenda 2030. Acrescentou ainda a novidade de agenda trazida nesse evento, qual seja, pensar na execução das metas vigentes, por meio da discussão dos glossários em vigor a fim de diminuir a quantidade de versões.

O Secretário-Geral do CNJ avaliou positivamente a produtividade do evento, acrescentou que o Poder Judiciário vem buscando encontrar ponto de convergência entre os tribunais no processo de formulação e execução das metas. Finalizou afirmando que o CNJ está acessível a todos, dentro do espírito colaborativo, com o desejo de melhorar sempre a qualidade da justiça brasileira.



Mesa Plenária Final

O Corregedor Nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, encerrou o evento agradecendo aos representantes dos tribunais, parabenizando-os pelos trabalhos desenvolvidos, e enfatizou que a reunião preparatória é fundamental para o debate de temas estratégicos para as Metas Nacionais 2020.